



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 NÚMERO DO PROCESSO: Processo licitatório nº 34/2026.

1.2 OBJETO:

Aquisição de **20 (vinte) unidades de cadeiras de carro infantis**, destinadas ao transporte seguro de crianças atendidas pela **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura**, com capacidade de utilização para crianças de **0 a 36 kg**, dotadas de dispositivos de retenção e segurança, **certificadas pelo INMETRO**, conforme especificações técnicas e requisitos mínimos.

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

SERVIDOR: Eronilde de Oliveira Toscan / Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura

3. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

- Aplica-se a este ETP a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Aplica-se a este ETP o Decreto nº. 707, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2024, que disciplina sobre o procedimento e critérios de julgamento de menor preço e maior desconto, e dá outras providências.
- Aplica-se ainda a este ETP a Política de Educação Digital do Estado do Paraná, que incentiva a integração de tecnologias digitais ao processo educacional, visando ao desenvolvimento de competências digitais, ao pensamento computacional e à inovação pedagógica na rede pública de ensino.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A presente contratação se faz necessária para atender à demanda da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura quanto à necessidade de garantir o transporte seguro, adequado e em conformidade com as normas legais vigentes de crianças atendidas pelas políticas



públicas municipais, especialmente aquelas vinculadas às atividades educacionais, esportivas e culturais promovidas pelo Município.

A utilização de cadeiras de carro infantis apropriadas para crianças de 0 a 36 kg, com dispositivos de retenção certificados, é medida indispensável para assegurar a proteção da integridade física e da vida das crianças, reduzindo riscos de lesões em deslocamentos realizados em veículos oficiais. Trata-se de exigência relacionada à segurança no trânsito e à responsabilidade da Administração Pública quanto ao cuidado com o público infantil.

A inexistência ou insuficiência desses equipamentos compromete a execução segura das atividades institucionais que envolvem transporte de crianças, podendo acarretar riscos à segurança, responsabilização do ente público e prejuízos à continuidade dos serviços prestados.

Dessa forma, pretende-se a aquisição das cadeiras de carro infantis com as especificações técnicas adequadas, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo o atendimento às necessidades institucionais com segurança, qualidade e economicidade.

5. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura	Eronilde de Oliveira Toscan

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento adequado da necessidade identificada, a contratação deverá observar requisitos técnicos, legais e de qualidade que assegurem a segurança das crianças, a efetividade do uso e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.1 Requisitos técnicos e legais

Os produtos a serem adquiridos deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:



- a) Ser cadeira de carro infantil adequada para crianças de 0 a 36 kg, com sistema de retenção compatível com a faixa etária e peso indicados;
- b) Possuir cinto de segurança de 5 pontos, apoio de cabeça ajustável, ajustes de ombros, almofadas redutoras, protetores de ombros e fivela, bem como revestimento acolchoado removível para lavagem;
- c) Permitir reclinção em até 4 posições, com leve inclinação na base;
- d) Ser compatível com veículos dotados de cintos de segurança retráteis de 3 pontos;
- e) Acompanhar manual de instruções em língua portuguesa;
- f) Ser produto novo, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento.

6.2 Padrões mínimos de qualidade

Como padrão mínimo de qualidade e segurança, será obrigatória a certificação do produto pelo INMETRO, comprovando que o item atende às normas técnicas vigentes relativas a dispositivos de retenção para crianças em veículos automotores.

A ausência da certificação inviabiliza a aceitação do produto, por comprometer a segurança dos usuários e o atendimento às exigências legais.

6.3 Sustentabilidade

Sempre que possível, recomenda-se que o fabricante e/ou fornecedor observe critérios de sustentabilidade ambiental, tais como:

- a) utilização de materiais recicláveis, atóxicos ou de menor impacto ambiental na composição do produto ou de suas embalagens;
- b) acondicionamento em embalagem adequada, com o menor volume possível, garantindo proteção durante o transporte e armazenamento;
- c) não utilização de substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas por normas ambientais e técnicas aplicáveis.

6.4 Natureza da contratação

A presente contratação não possui caráter continuado, tratando-se de aquisição de bens permanentes, com entrega única, destinada a suprir demanda específica da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

6.5 Duração inicial do contrato

A duração inicial do contrato será limitada ao prazo necessário para fornecimento e entrega dos bens, a ser definido no Termo de Referência, observando-se o prazo compatível com a natureza do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Com a finalidade de verificar a viabilidade da contratação e a existência de fornecedores aptos a atender o objeto pretendido, foi realizado levantamento de mercado, no qual se constatou a ampla disponibilidade de fabricantes e fornecedores de cadeiras de carro infantis no mercado nacional, com diferentes marcas e modelos que atendem às especificações técnicas e aos requisitos mínimos de qualidade e segurança exigidos, especialmente quanto à certificação obrigatória pelo INMETRO.

O levantamento evidenciou que o mercado dispõe de pluralidade de fornecedores, incluindo fabricantes e distribuidores especializados em produtos de segurança infantil, bem como empresas varejistas e atacadistas aptas a fornecer o quantitativo pretendido, o que possibilita a ampla competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que o objeto da presente contratação é comum e amplamente comercializado, não havendo restrições relevantes de mercado que impeçam ou limitem a competição, mostrando-se plenamente viável a realização do procedimento licitatório.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas diferentes alternativas de solução capazes de garantir o transporte seguro de crianças atendidas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

8.1 Solução escolhida

A solução adotada consiste na aquisição de 20 (vinte) unidades de cadeiras de carro infantis, com capacidade para crianças de 0 a 36 kg, dotadas de sistemas de retenção adequados, compatíveis com veículos equipados com cintos de segurança retráteis de três pontos e certificadas pelo INMETRO.

Essa solução assegura padronização, conformidade com as normas de segurança, facilidade de uso, imediata disponibilidade para atendimento das demandas institucionais e maior controle patrimonial dos bens adquiridos.



8.2 Soluções alternativas analisadas

Como alternativa, foi considerada a locação de cadeiras de carro infantis ou a utilização eventual de equipamentos de terceiros, conforme demanda de transporte.

Todavia, tal alternativa mostrou-se menos vantajosa, pelos seguintes motivos:

- maior custo ao longo do tempo, considerando a recorrência das atividades que envolvem transporte de crianças;
- menor controle sobre as condições de conservação, higienização e histórico de uso dos equipamentos;
- risco de indisponibilidade em períodos de maior demanda;
- dificuldades na garantia de que todos os equipamentos locados ou cedidos atendam, de forma contínua, às normas técnicas e certificações exigidas.

8.3 Comparação entre as soluções

Comparativamente, a aquisição apresenta vantagens relevantes em relação à locação ou uso de equipamentos de terceiros, tais como:

- menor custo global no médio e longo prazo;
- disponibilidade imediata e permanente dos equipamentos;
- maior segurança, em razão do controle direto sobre o uso, a manutenção e a correta instalação;
- padronização dos equipamentos utilizados pela Administração;
- atendimento integral às exigências legais e normativas aplicáveis.

8.4 Conclusão da análise

Diante da análise técnica, operacional e econômica realizada, conclui-se que a aquisição das cadeiras de carro infantis é a solução que melhor se adequa à realidade da Administração Pública, por proporcionar segurança, eficiência, economicidade e confiabilidade, produzindo os resultados pretendidos pela Administração em consonância com o interesse público e com a legislação vigente.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para a definição das quantidades a serem contratadas, foi considerada a demanda atual da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, bem como a necessidade de garantir o transporte seguro de crianças atendidas pelas atividades educacionais, esportivas e culturais desenvolvidas pelo Município.



A estimativa levou em conta a quantidade de veículos oficiais disponíveis para transporte de crianças, a rotatividade dos usuários, a necessidade de padronização dos equipamentos de segurança, bem como a substituição ou inexistência de cadeiras adequadas para atendimento das normas vigentes de segurança.

Dessa forma, concluiu-se pela necessidade da aquisição de 20 (vinte) unidades de cadeiras de carro infantis, quantitativo considerado suficiente e proporcional para atender às demandas identificadas, sem gerar excessos ou desperdícios, observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Considerando a pesquisa de preços e orçamentos realizados, a metodologia de cálculo utilizada para obtenção do valor de referência unitário foi a média ponderada dos valores unitários apresentados nos itens da solução.

Realizou-se análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação será dividida em itens unitários com vistas a estimular a competitividade com potencial de impacto na redução do preço final de cada item em atendimento ao princípio da competitividade e economicidade.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e aos objetivos da Administração Pública, visando garantir a segurança no transporte de crianças atendidas pelas políticas públicas municipais.



Registra-se que, no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, o Plano de Contratações Anual (PCA) do Município encontra-se em fase de elaboração. Todavia, a demanda ora apresentada foi previamente analisada e aprovada pela autoridade competente, em razão de sua relevância, necessidade imediata e impacto direto na continuidade e na segurança dos serviços prestados.

Ressalta-se que a contratação será devidamente inserida no PCA, tão logo o referido instrumento seja formalizado, em conformidade com as diretrizes de planejamento estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se adquirir cadeiras de carro infantis que atendam integralmente às especificações técnicas e aos padrões mínimos de qualidade e segurança definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no futuro Termo de Referência, especialmente quanto à certificação obrigatória pelo INMETRO.

Busca-se a obtenção do melhor preço aliado à qualidade, garantindo que os produtos fornecidos sejam adequados às necessidades das unidades requisitantes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, promovendo o transporte seguro de crianças, a redução de riscos, o cumprimento das normas legais e a continuidade dos serviços públicos.

Espera-se, ainda, que a contratação resulte em padronização dos equipamentos, maior eficiência operacional, melhor controle patrimonial e economicidade, assegurando que os recursos públicos sejam empregados de forma responsável e alinhada ao interesse público.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verificam impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico 6 deste ETP.



17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a contratação para a aquisição de 20 (vinte) unidades de cadeiras de carro infantis, destinadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, com capacidade para crianças de 0 a 36 kg, dotadas de sistemas de segurança adequados e certificadas pelo INMETRO.

A viabilidade da contratação fundamenta-se nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, as quais demonstraram a existência de solução técnica adequada, disponibilidade de mercado, compatibilidade econômica, atendimento ao interesse público e conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

Conclui-se, portanto, que a contratação é necessária, oportuna e adequada para atender às demandas institucionais, garantindo segurança, eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

Eronilde de Oliveira Toscan

Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura